

O CONGRESSO DA VIRADA DE 1979 E O PROJETO ETICO POLITICO PROFISSIONAL

Mariana Molina GODOY¹
Eduardo Luis Couto²

RESUMO: O presente artigo aborda o tão significativo congresso da virada e todas as transformações que o mesmo acarretou para o Serviço Social ao longo dos anos. Este artigo em si propõe uma ponderação do congresso da virada de 1979 e uma rápida reflexão dos anos seguintes a ele que proporcionaram subsídios para que o Serviço Social enquanto categoria fosse o que é hoje, construindo de forma histórica o tão objetivado Projeto Ético Político Profissional.

PALAVRAS-CHAVE: Congresso da Virada de 1979. Serviço Social. Projeto Ético Político Profissional.

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo pontuar o congresso da virada como sendo de suma importância para o Serviço Social e também um item de grande valor para o Projeto Ético Político Profissional que é construído e aprimorado ano após ano se comprometendo sempre com seus valores e princípios para que haja autonomia e emancipação, visando sempre comprometimento com o código de ética que é uma ferramenta de suma importância para o exercício profissional, sendo uma das ferramentas mais usadas para se exercer a profissão de forma íntegra.

O exposto artigo tem como veemência visualizar as contribuições e as ações dos Assistentes Sociais e também o projeto ético político que atualmente vige,

¹ Aluna do curso de Serviço Social das Faculdades Integradas “Antônio Eufrásio de Toledo”, Presidente Prudente/SP. Contato: marianasemler@hotmail.com.

² Orientador, professor de Fundamentos Históricos e Teóricos Metodológicos do Serviço Social do Curso de Serviço Social das Faculdades Integradas “Antônio Eufrásio de Toledo de Presidente Prudente. Contato: eduardocouto@unitoledo.br

considerando que o projeto tem vivido grandes transformações e construções ao longo dos anos que o tornaram tão amplo e com supremo valor.

É imprescindível destacar que o artigo tem um rápido histórico da conjuntura do Brasil, desde a década de 70, onde estava ocorrendo o Congresso da Virada de 1979, e as décadas seguintes.

O CONGRESSO DA VIRADA DE 1979

O Congresso da Virada é chamado assim, pois no ano de 1979 ocorreu o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais realizado nos dias 23 a 28 de setembro, promovido pelo Conselho Federal de Assistentes Sociais – CFAS, conhecido hoje como CFESS (Conselho Federal de Serviço Social) em São Paulo. A postura dos Assistentes Sociais mediante a esse congresso foi o que deu suporte para construir esse marco na história do Serviço Social, sendo assim o objetivo primordial do congresso não era muito favorável ao que os profissionais que ali estavam propuseram. Pois o objetivo do Congresso era que fosse discutida apenas a Política Social aos olhos do Serviço Social de então e não que nesse mesmo congresso os Assistentes Sociais se rebelassem, o que demarcou a sua importância, contra suas próprias organizações, cuja mesma era conservadora e atendia apenas aos interesses das classes dominantes. Conforme José Paulo Netto, pág. 141: “Este período marca um momento importante no desenvolvimento do Serviço Social no Brasil, vincado especialmente pelo enfrentamento e pela denúncia do conservadorismo profissional.”.

Foi esse congresso, que chamamos hoje de congresso da virada, que marcou profundamente a categoria profissional como um momento de grandes mudanças para a profissão, abrindo novos horizontes onde a luta fosse por um estado democrático ao lado da classe trabalhadora e não mais sob o domínio conservador, constituindo – se uma nova forma de atuação, cuja direção era para as lutas sociais ao lado da classe trabalhadora, lutando pela defesa dos direitos humanos, da democracia, constituindo, uma nova frente, articulada diretamente com

os movimentos sociais, reativando com isso alguns dos sindicatos, associações e inclusive, novas associações que logo mais serão citadas com maior exatidão.

Este congresso proporcionou embasamento para que houvesse uma nova visão da profissão como anteriormente o projeto profissional de ruptura propôs, olhando por outro ângulo o projeto ético político e suas novas propostas posteriores ao projeto de ruptura ocasionando, contudo uma visão direcionada a classe trabalhadora, delineando estrategicamente seus rumos.

A partir desse congresso, marcado por grandes transformações e mudanças no que lhe foi proposto anteriormente pelos próprios profissionais de Serviço Social, no que diz respeito à atuação do assistente social e a um novo projeto ético político da profissão, que vem sendo construído historicamente com determinação e conhecimento, demarcando sua direção ao lado da classe trabalhadora e não mais atendendo apenas ao conservadorismo. Mediante a isso, o Assistente Social se posiciona de forma crítica, podendo fazer seus questionamentos para que haja um rebatimento mais amplo de sua idéia ao lado da classe trabalhadora, compartilhando seus conhecimentos e como conseqüência adquirindo-os.

Para que haja uma compreensão dos fatos que ocorreram é preciso que se faça um resumo, em grosso modo, do que estava acontecendo e do que acontecia durante o importante congresso da virada, para chegarmos ao que damos significativo valor para a categoria profissional e que é considerado indispensável para o exercício da profissão, que é o projeto ético político profissional.

Destacamos, contudo o visível tentar do Congresso em avançar na direção de um viés conservador no ano de 1979, realizando o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, portanto é imprescindível destacar que ao mesmo tempo em que isto estava acontecendo, estava ocorrendo à oposição dos regimes militares por movimentos populares, aos quais devemos dar grande importância, e levar em conta que a conjuntura do país estava em um processo de ebulição democrática, e de fato com positivos avanços democráticos para as classes populares. Entretanto o ano de 1979 acarretou diversas modificações conhecidas nacionalmente. Ozanira destaca muito bem essas intrínsecas modificações para a categoria, e segundo ela a iniciativa de mudança se fortaleceu:

“... e registrou esforço de articulação do movimento sindical dos assistentes sociais, com reativação de alguns sindicatos, algumas associações e criação de novas associações profissionais, que, posteriormente, se transformaram em sindicatos estaduais, permitindo, em 1983, a criação da Associação Nacional de Assistentes Sociais (ANAS).” Maria Ozanira, pág. 40, 2007.

Diante disso, sem que possamos esquecer que conforme o assistente social propõe a mudança, tanto na formação como também na prática cotidiana, ele amplamente acaba tendo grande participação nas suas propostas e nas lutas conseqüentemente. Sendo assim, podemos dizer que alguns assistentes sociais, não generalizando, ao longo desse período vêm se aprimorando e se apoderando de conhecimentos indispensáveis para o exercício profissional, avançando cada vez mais academicamente e em sua organização política como são atualmente exemplos a ABEPSS, o conjunto CFESS-CRESS e a ENESSO. Fica constatado então que o desenvolvimento do Serviço Social, segundo Maria Ozanira é:

“... um processo marcado por confrontos com as forças conservadoras e reacionárias existentes no interior do quadro profissional e da sociedade brasileira e, ao mesmo tempo, pelas divergências e contradições entre as próprias forças que se colocam na perspectiva dos interesses dos setores populares.” Maria Ozanira, pág. 43.

Por conseguinte, no momento histórico da “pós-Ruptura” e já dentro do contexto da denominada Nova República, por volta dos anos 1986/1990, a categoria encampa de forma mais ampla as mudanças que estão acontecendo na sociedade como um todo e que demandaram um esforço renovado em contemplar essas recentes vicissitudes profissionais:

“Esse esforço ocorre articulado com um amplo processo organizativo da sociedade, expresso por um movimento que vem se impondo como reação às profundas desigualdades sociais, à opressão e à exploração da grande maioria da população pelas oligarquias, latifundiários e burguesia nacional, aliadas ao capital estrangeiro, e que é produto de uma longa história de dominação no Brasil...”. Maria Ozanira, pág. 44.

Prontamente na segunda metade dos anos 80 começa ocorrer uma minimização do Estado, apesar do esforço democrático anterior ocorrido no país e até em resposta a uma orientação mundial, com a implementação pelos países centrais da “cartilha neoliberal” e conseqüente globalização, seguindo-se, contudo para os anos 90, onde a minimização do “Estado Social” ocorre e se radicaliza de

forma evidente, dando forma a uma constante e intermitente crise econômico-político-social, vide a atual “Crise Mundial”. Sendo assim nessa determinada conjuntura é onde o Serviço Social e sua proposta modernizadora ficam em evidência, pois neste mesmo momento vários profissionais fazem críticas para que haja novos caminhos e alternativas para a prática, entretanto esses mesmos setores que reivindicam acabam sendo afetados e no decurso das décadas seguintes vão sendo expropriados de condições mais diversas: trabalhistas, previdenciárias, sociais, educacionais para trabalhar.

Diante disso, é evidente destacar que nesse mesmo período ocorreu uma profunda desigualdade social e sabemos que diante das crises no sistema capitalista quem, na maioria das vezes, ou sempre sairá perdendo, será a classe trabalhadora e diante dessas condições os profissionais se defrontaram com vários desafios, tanto para buscar alternativas viáveis como também para garantir a legitimação da profissão nessa transição para democracia.

Nesse mesmo período o Estado passa a inserir as lutas dentro dos espaços institucionais, sendo assim:

“Criam-se espaços institucionais, convocando a participação de representantes dos trabalhadores em setores da política estatal; constituem-se interlocutores oficiais para negociar com as organizações dos trabalhadores, reconhecendo a legitimidade das organizações populares, convocando-as para negociar as propostas do governo e propondo, reiteradamente, um pacto social que termina sem ressonância e sem credibilidade no seio da sociedade.” Maria Ozanira, pág. 47.

Percebe-se então que o objetivo do Estado criando essas instituições legais, onde as reivindicações dos trabalhadores fossem de forma formal era de que as lutas sociais se evacuassem e se abatessem.

Diante dessa conjuntura marcada por grandes viragens da sociedade que é citada a possibilidade de um Estado de Bem Estar Social no Brasil, atendendo as causas emergências.

É importantíssimo destacar que nesse período foi promulgada a Constituição de 1988, marcada por grandes e significativos avanços para a sociedade e como consequência para o Serviço Social, garantindo universalmente direitos iguais a todos acarretando, conseqüentemente vários outros benefícios.

Adentrando a década de 90, começando a se estruturar um Estado por novos alicerces, novos padrões e avanços internacionais, tendo, contudo “... poder

para distribuir penalidades e privilégios e, ao mesmo tempo, não interventor”. Segundo Maria Ozanira, pág. 53. Com isso, o Estado não exercendo seu comando e entrando em falência, no sentido de intervenção passa a assumir varias dividas tanto externa como interna, se endividando com freqüência. Adotando com isso “... o modelo neoliberal que preconiza um Estado mínimo, alterando profundamente, portanto, a relação Estado - Sociedade, com imposição da primazia do mercado.” Maria Ozanira, pág. 54.

Em 1989 quem assume a presidência é Fernando Collor de Melo, assumindo escancaradamente o neoliberalismo. “... atribuindo à intervenção estatal apenas a responsabilidade de corrigir as distorções e crises na vida econômica e social”. Maria Ozanira, pág. 54. Com Collor no poder, o impedimento de estreitar-se no que diz respeito Estado e Sociedade cresce de forma muito rápida, criando um Estado autoritarista.

“Nesse contexto, as relações do Estado com a sociedade civil organizada se pautam por um esforço de despolitização, com apelo aos *descamisados* e às maiorias silenciosas, ignorando as entidades representativas e suas demandas”. Maria Ozanira, pág. 55

Portanto, com a vinda da Constituição de 1988, como impedimento para que o Estado pudesse exercer suas forças como desejassem, passando por cima de tudo e de todos para que fossem feitas suas vontades, a Constituição vem viabilizar os direitos universais. Mas não deixando de mencionar, que em meio a isso, a Constituição como Ozanira, pág. 55 coloca “torna-se letra-morta, e com isso um clima favorável para o clientelismo, favorecendo a corrupção”.

E é nesse momento em que o Serviço Social sai “machucado”, pois com esse clima desfavorável para a profissão, acontece uma desvalorização no que diz respeito à prática profissional, passando a considerar que o Serviço Social fosse apenas uma forma de clientelismo para a classe trabalhadora por parte da classe dominante.

Mais adiante, onde Fernando Henrique Cardoso, já na década de 90 se adentra ao seio presidencial de modo que quando está lá permanece muito tempo, pois teve dois mandatos consecutivos.

“Volta-se a falar em desenvolvimento sem recessão, e as questões sociais passam a ser priorizadas na agenda pública, sem que, concretamente, nenhuma medida relevante seja adotada.” Maria Ozanira, pág. 56.

“Combate à inflação, mas sem recessão, e prioridade a programas sociais passam a ser os grandes eixos que orientam o discurso do governo de Itamar Franco que, todavia, demora para apresentar um programa claro para a Nação e se vê bastante limitado em face da crise vivenciada pelo Estado”. Maria Ozanira, pág. 57

Contudo, podemos pontuar que o governo FHC implementou o Plano Real que consiste na estabilização da economia para que assim pudessem receber algum retorno.

“... não resta dúvida de que o plano Real, devido à estabilização da economia, constitui um momento favorável para o Brasil buscar uma participação mais ativa no contexto internacional, fazendo com que essa integração seja a grande meta do governo FHC, cujos discursos vêm contribuindo para que outros países passem a se interessar em investir no Brasil.” Maria Ozanira, pág. 59.

Tem – se na década de 90 a grandes mudanças para a globalização, tanto de forma positiva como também de forma negativa.

“O quadro econômico, político e social configurado na década de 90 traz importantes repercussões para a atuação do assistente social na sociedade e para o Serviço Social enquanto profissão. Uma consequência já foi apontada: a possibilidade de estreitamento do mercado de trabalho em face da redução dos programas sociais.” Maria Ozanira, pág. 63

Conforme Ozanira pontua na citação acima, os programas sociais foram reduzidos, pois sempre que há uma crise, o setor social é o que sempre sai ou sairá perdendo de alguma forma, e na década de 90 não foi diferente; com a crise era preciso que o Estado fosse reduzido, e sem pensar duas vezes o setor social saiu prejudicado.

PROJETO ÉTICO POLÍTICO PROFISSIONAL

O Projeto Ético Político Profissional que atualmente vige aconteceu como consequência direta dos acontecimentos do congresso da virada de 1979 que

foi citado logo acima como sendo de suma importância a categoria profissional. O congresso da virada, cujo nome se dá por ter se colocado como um marco de viragem para o serviço social, foi o que deu suporte para que o Projeto Ético Político Profissional pudesse se desenvolver e direcionar sua luta e ao mesmo tempo sua atuação para com a classe trabalhadora, fazendo que os profissionais, enquanto classe trabalhadora aprofundassem a sua consciência de classe social, buscando a superação do capitalismo e lutando por seus interesses.

E foi nesse período que alguns assistentes sociais conseguiram de alguma forma abranger o que é sua profissão e o que os levam a prática, não se esquecendo que essa hegemonia vem sendo construída historicamente, aonde o assistente social vai se apoderando de seus projetos, princípios e objetivos, mas isso não significa que o projeto ético político conseguiu alcançar totalidade e que os assistentes sociais amplamente conseguissem interpretá-lo e posteriormente colocá-lo em prática, pois existem diversos profissionais que atualmente não se apoderaram e/ou entenderam o projeto ético político profissional do Serviço Social.

Podemos com certeza dizer que o Projeto Ético Político é e sempre será uma construção histórica podendo sempre ser aperfeiçoado de forma qualificada, pois é construído mediante os fatos e objetivos que se põe à prova todo momento. O projeto ético político, pode-se dizer, é um projeto que vem lutando e propondo o bem estar de todos, não levando em conta situação financeira, raça, etnia e outras discriminações que imperam no mundo atual.

É importante demarcar com firmeza que não são todos os assistentes sociais que contribuem para que o projeto ético político se enriqueça, pois muitos apenas o ignoram, ou o seguem sem o menor interesse em aprimorá-lo.

O projeto ético político tem como idealização e objetivo alcançar entre todos igualdade, socialização de riquezas, pondo em prática os direitos legalmente conquistados, buscando cada vez mais um mundo melhor, no caso, sem miséria, sem violência, sem discriminação e sem desigualdade social. Diz-se que o Serviço Social “vive de utopias e projetos”, mas que tipo de categoria em si que não busca sempre algo mais, ou apenas algo? Algumas profissões até podem não viver de projetos, idealizações e objetivos, mas também não sentem e não vivem quando algum objetivo que parecia ser inalcançável ser finalmente alcançado de forma suada e buscada por quem acredita em um projeto enquanto categoria, ou apenas

em um projeto humano, apenas não, porque parte daí a força que o Serviço Social possui, do Humano.

Podemos pontuar com exatidão que o Projeto Ético Político pode até parecer irrealizável para alguns, só que não para os Assistentes Sociais, os quais se propõem a lutar para que o mesmo seja colocado em prática cotidianamente.

Muitos desconhecem o que é um projeto ético político, qual o seu propósito ou objetivo e é desse desconhecer que parte a Afirmação de José Paulo Netto:

“O projetos profissionais apresentam a auto-imagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, práticos e institucionais) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as bases das suas relações com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais privadas e públicas (inclusive o Estado, a quem cabe o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais).” José Paulo Netto, pág. 144.

O Projeto Ético Político é a base da profissão, seria como dizer que é um manual de auxílio para que a profissão seja exercida de forma correta e coerente, seguindo sempre seus princípios propostos pelo código de ética, que hoje vige e foi atualizado em 1993, e que trás consigo princípios fundamentais de estima relevante para o profissional, como liberdade como valor ético central, autonomia, emancipação e expansão dos direitos sociais, defesa intransigente dos direitos humanos, recusa do arbítrio e do autoritarismo, ampliação e consolidação da cidadania, defesa e aprofundamento da democracia, posicionamento em favor da equidade e justiça social, empenho na eliminação de toda forma de preconceito, garantia do pluralismo, opção por um projeto vinculado a um processo de construção de uma nova ordem societária, articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios do código, compromisso com a qualidade dos serviços prestado, exercício do Serviço Social sem discriminar e ser discriminado. Sendo assim é considerável que esses princípios que atualmente vigem são muito mais amplos que os de antigamente e proporcionam um leque de instrumentos para o Assistente Social exercer sua profissão.

Atualmente a agenda nacional da categoria tem se expandido muito no sentido de avançar contra o neo-conservador, mas apesar disso a categoria continua buscando a radicalização dos direitos e a socialização das riquezas,

colocando a categoria em uma posição política e ideológica diametralmente oposta aos preceitos estatais que vigoram na atualidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideramos com artigo exposto que o Serviço Social cresceu de maneira substancial diante dos fatos e principalmente do Congresso de 1979, sendo considerado um congresso de “virada” para a profissão, mas não foi somente o Serviço Social que se desenvolveu com o congresso, é importante e imprescindível destacar que a classe trabalhadora também ganhou muito com isso, podendo ser reconhecida como classe social e tendo a categoria profissional lutando ao seu lado por melhores condições de vida.

Diante disso é de extremo valor deixar claro que na construção histórica o governo Lula não adentrou ao artigo, pois as propostas implementadas durante os seus dois governos dão clara continuidade ao ideário neoliberal, à cartilha do FMI (consenso, ou dissenso de Washington), o que, ao nosso ver, vem cronificando a desigualdade social no país, e apresenta claro continuísmo das propostas dos governos anterior.

É sabido que o projeto ético político é construído mediante os fatos e com a ajuda dos Assistentes Sociais, que conforme contribuem para o crescimento do projeto também se apoderam dele, construindo seus conhecimentos e objetivos. O Congresso da Virada e o conseqüente código de ética de 1993, dentro do projeto ético político, é um grande marco histórico, político, ético, teórico e metodológico para o Serviço Social brasileiro e latino-americano.

Consideramos, contudo que o presente artigo teve como intenção demarcar o tão significativo congresso da virada de 1979 e as viragens que o mesmo acarretou para o serviço social e conseqüentemente para o projeto ético político profissional. Defendendo, assim a tão suada luta dos Assistentes Sociais para radicalizar riquezas e direitos, mesmo com o avanço neo-conservador, o que os coloca diametralmente contra os preceitos do Estado neo liberal.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

OZANIRA, Maria. **O SERVIÇO SOCIAL E O POPULAR:** resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

MOTA, Elizabete Ana... [et al.]. **SERVIÇO SOCIAL E SAÚDE:** formação e trabalho profissional. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SERVIÇO SOCIAL & SOCIEDADE. 1979. **Serviço Social & Sociedade. Nº 79. Ano XXV.** São Paulo: Cortez, 2004.

REVISTA INSCRITA. **Revista Inscrita. Nº X. Ano VII** Rio de Janeiro: Conselho Federal de Serviço Social, 2007.

REVISTA INSCRITA. **Revista Inscrita. Nº I. Ano I.** Rio de Janeiro: Conselho Federal de Serviço Social, 1997.